

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 765.013 - SP (2015/0206445-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : OSCAR GONSALEZ BISCAINO
AGRAVANTE : LUZIA IVONE SIGNORELLI GONSALEZ
ADVOGADOS : JACKSON DI DOMENICO E OUTRO(S) - DF018493
GUILHERME DO PRADO MAIDA - SP207051
FELIPE ARARIPE GONÇALVES TORRES - SP261902
AGRAVADO : FG FUNDIÇÃO GONZALES DE AÇO INOX LTDA
ADVOGADOS : CANDIDO RANGEL DINAMARCO - SP091537
BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES - SP206587
OSWALDO DAGUANO JÚNIOR - SP296878
CAROLINE DAL POZ EZEQUIEL E OUTRO(S) - SP329960

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por OSCAR GONSALEZ BISCAINO e LUZIA IVONE SIGNORELLI GONSALEZ de decisão que negou seguimento a recurso especial apresentado contra o v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

'AGRAVO RETIDO - Pedido juridicamente possível - Ausência de afronta à lei, a moral ou aos bons costumes - Interesse de agir presente - Via ordinária adequada para a declaração de existência de relação jurídica e de reconhecimento dos poderes inerentes à propriedade - Legitimidade para causa - Pertinência subjetiva da ação - A pessoa jurídica tem legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda - Recurso conhecido e não provido.

AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C.C. DOMÍNIO SOBRE BENS IMÓVEIS - Terrenos adquiridos para o fim de neles constituir-se usina de fundição de aço inoxidável - Registro em nome dos sócios, em virtude da empresa ainda não estar legalmente constituída - Acordo entre os sócios de que em nome dela seriam transferidos - Exclusão dos sócios adquirentes da sociedade - Falta de interesse na alteração - Retificação possível, nos termos da Lei de Registro de Imóveis - Existência da relação jurídica entre as partes, mesmo antes da constituição regular da empresa, reconhecida, bem como consolidação de todos os poderes inerentes à propriedade, conferindo-se a titularidade dos imóveis à sociedade empresária - Sentença de procedência da ação, determinando-se a retificação do registro imobiliário e improcedência das ações de reintegração de posse, em apenso, mantida - Recurso dos réus improvido.' (e-STJ fl. 452)

Os embargos de declaração opostos contra o acórdão estadual foram

rejeitados (e-STJ fls. 477/482).

Nas razões do recurso especial, fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, os recorrentes apontam violação dos arts. 3º e 4º do Código de Processo Civil de 1973, 1.245 e 1.247 do Código Civil de 2002, e 212, 213, 252 e 254 da Lei 6.015/1973, alegando, em síntese: *a*) ausência de interesse processual para a propositura de ação declaratória, uma vez que a transferência da propriedade imobiliária somente seria possível por meio de provimento de natureza constitutiva; *b*) inexistência de vício no título aquisitivo de propriedade que autorize o cancelamento ou retificação dos registros imobiliários; e *c*) ausência de título que autorize a transferência de domínio para a recorrida, assim como de provimento jurisdicional apto para tanto, uma vez que ajuizada pretensão meramente declaratória.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 509/528).

É o relatório. Decido.

2. O recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ, nos seguintes termos: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não há que se falar em ausência de interesse processual na propositura da ação ou na impropriedade da ação escolhida.

Conforme consta dos autos, a ora recorrida, FG FUNDIÇÃO GONZALES DE AÇO INOX LTDA, propôs *'ação declaratória de existência de relação jurídica cumula com domínio sobre bens imóveis'* contra os ora recorrentes, visando a reconhecimento de seu domínio em relação a dois dos lotes de um terreno maior, no qual se encontra instalada sua estrutura industrial. Alegou, para tanto, que os imóveis em questão foram adquiridos visando a constituição da sociedade empresária, para a construção de seu parque industrial, e que teriam sido escriturados em nome dos requeridos por questões práticas, porquanto ainda não se encontrava formalmente constituída. Afirmou, outrossim, que tais bens, assim como outros, móveis e imóveis, foram sendo adquiridos exclusivamente com o intuito de constituir o capital da sociedade, ficando ajustado entre os sócios a necessidade de regularização da propriedade em nome

da pessoa jurídica recém constituída.

Nesse contexto, o interesse jurídico da autora é evidente, uma vez que, em tese, necessário o provimento jurisdicional para reconhecer a existência da relação jurídica alegada, e, em consequência, reconhecer seu domínio em relação aos lotes sobre os quais edificado seu parque industrial, conforme expressamente reconhecido pelo Tribunal de origem.

Ademais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as condições da ação, entre elas o interesse processual e a legitimidade das partes, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações deduzidas na petição inicial, sem que se necessite de adentrar nas questões de mérito. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.

1. Este Superior Tribunal pacificou o entendimento pela adoção da teoria da asserção para aferir a presença das condições da ação, bastando, para tanto, a narrativa formulada na inicial, sem necessidade de incursão no mérito da demanda ou qualquer atividade instrutória. Precedentes. 1.1. Tendo em vista que a presente demanda tem, em tese, o condão de corrigir os eventuais danos sofridos pelo autor no desempenho do mandato pelo réu, conclui-se estar presente o interesse de agir em suas três vertentes: utilidade, necessidade e adequação. Incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1025468/RS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 26/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. CONFIGURADA. EXISTÊNCIA DE RELEVÂNCIA SOCIAL.

1. Se a controvérsia é decidida dentro dos limites delineados na petição inicial, não há falar em julgamento extra, citra ou ultra petita.

2. A jurisprudência desta Corte Superior adota a teoria da asserção, segundo a qual a presença das condições da ação, entre elas a legitimidade ativa, deve ser apreciada à luz da narrativa contida na petição inicial, não se confundindo com o exame do direito material objeto da ação, a ser enfrentado mediante confronto dos elementos de fato e de prova apresentados pelas

partes em litígio.

3. *Julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, demonstrada a relevância social da situação em concreto, notadamente na hipótese, em que se trata de relação de consumo a interessar um número indeterminado de consumidores, atrai-se a legitimação do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos.*

4. *Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.*

5. **AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

(AgInt no REsp 1710937/DF, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 18/10/2019)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CAUSA DE PEDIR. ILEGALIDADE. ATOS PRATICADOS PELOS RÉUS COM BASE EM REGULAMENTO. PRÉVIA DESCONSTITUIÇÃO. DESNECESSIDADE. PEDIDOS DECLARATÓRIO E CONDENATÓRIO. COMPATIBILIDADE COM OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INICIAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA DOS PEDIDOS. INTERESSE DE AGIR. TEORIA DA ASERÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. *O regulamento não se sobrepõe à lei. Assentada a causa de pedir na ilegalidade do procedimento adotado pelos réus, não se faz necessária a prévia anulação de cláusula do regulamento do plano de previdência complementar para o eventual acolhimento dos pedidos declaratórios e condenatórios formulados na petição inicial.*

2. *As condições da ação, incluídos o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido, são aferidas à luz das afirmações deduzidas pelo autor da demanda na petição inicial, com a aplicação da denominada "Teoria da Aserção".*

3. *No caso concreto, os pedidos formulados na petição inicial não revelam, a partir das alegações autorais e em um exame puramente abstrato, falta de interesse de agir ou impossibilidade jurídica.*

4. *Recurso especial desprovido.*

(REsp 1314946/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 09/09/2016)

Sem razão os recorrentes, ademais, no que se refere à alegada impropriedade da ação proposta, dita '*meramente declaratória*', uma vez que, conforme reiteradamente decidido no âmbito desta Corte, '*a natureza jurídica da ação é definida por meio do pedido e da causa de pedir, não tendo relevância o nome dado à ação*

pela parte autora' (AgInt no AREsp 1479136/SP, **desta relatoria**, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 09/10/2019).

No mesmo sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CUNHO RESSARCITÓRIO DECORRENTE DE CESSÃO DE COTAS SOCIAIS DECLARADA NULA. FALSIFICAÇÃO DE ASSINATURA. NOMENCLATURA DA AÇÃO. IRRELEVÂNCIA. AÇÃO DIRECIONADA AO SÓCIO QUE PRATICOU A FRAUDE E HERDEIROS. CONDENAÇÃO DA SOCIEDADE. BALANÇO DE DETERMINAÇÃO. AUSÊNCIA DE PEDIDO. JULGAMENTO EXTRA PETITA EVIDENCIADO.

1. O nome ou título da ação utilizado pelo autor, na inicial, não conduz nem tampouco condiciona a atividade jurisdicional, a qual está adstrita tão-somente à causa de pedir e ao pedido. Precedentes.

2. A causa de pedir da presente demanda reside nos alegados danos decorrentes da realização de negócio jurídico (cessão de cotas sociais) declarado nulo, por sentença transitada em julgado, sendo certo, por outro lado, que o pedido consiste na apuração e ressarcimento dos prejuízos decorrentes desta anulação, nada se pleiteando acerca da elaboração de "balanço de determinação".

3. Caracteriza-se o julgamento extra petita quando a ação é ajuizada em face de pessoas naturais, sócio e herdeiros, com o escopo de ressarcimento de prejuízos advindos de cessão de cotas anulada, e o acórdão condena a sociedade a apurar, mediante "balanço de determinação", os prejuízos apontados pela autora, porque tal determinação sequer foi pleiteada na inicial e também porque a sociedade não é parte no processo.

4. Recurso especial conhecido em parte e provido.

(REsp 819.658/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 25/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. NOME ATRIBUÍDO À AÇÃO. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES DO STJ. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO.

1. A natureza jurídica de uma ação é definida com base no pedido e na causa de pedir e não pelo nome a que lhe foi atribuída na petição inicial. Precedentes: REsp 1.025.920/RO, Terceira Turma, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 27.04.2010; REsp 509.300/SC, Terceira Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 05.09.2005; REsp 650.677/MT, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 10.04.2006;

2. Não é possível alterar o entendimento do Tribunal a quo de que

o corte de energia elétrica não é devido, uma vez que não ficou evidenciado que o recorrido não pagou os débitos decorrentes do centro de reciclagem. Incide, ao caso in fine, o Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. É descabido o recurso interposto pela alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, uma vez que o recorrente se limitou a transcrever ementas e trechos dos julgados apontados como paradigmas.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 846.793/RS, **Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES**, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 24/08/2010)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO ANULATÓRIO. IRRELEVÂNCIA DO NOMEN IURIS. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA APRECIÇÃO DO MÉRITO.

1. Conforme a jurisprudência do STJ, a natureza jurídica da ação é definida por meio do pedido e da causa de pedir, não tendo relevância o nomen iuris dado pela parte autora.

2. No caso sob exame, apesar de a ação ter sido designada Declaratória de Inexistência de Débito, o pedido formulado e a causa de pedir exposta contêm pretensão de reconhecimento da ilegalidade do Auto de Infração e, conseqüentemente, do débito relativo ao ICMS.

3. O acórdão recorrido, que decidiu pela carência de ação ao entendimento de inadequação da via eleita, deve ser reformado, com o retorno dos autos à origem para fins de apreciação do mérito.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 594.308/PB, **Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 20/08/2009)

O recurso também não prospera no tocante aos aspectos de mérito.

No caso, o reconhecimento do direito da sociedade autora ao domínio dos bens imóveis em litígio foi reconhecido pelas instâncias ordinárias à base da seguinte fundamentação:

"Cuida-se de ação declaratória de existência de relação jurídica cumulada com reconhecimento de domínio sobre bens imóveis, tendo por objeto os lotes nº 07 e 08 da gleba 10-A, situados à Rua do Bronze, nº 240, no Bairro Industrial, localizado no município de Itaquaquecetuba.

As famílias DE NEGRI (Luiz de Negri, Enzo de Negrie Francisco Luiz de Negri) e GONZALES (Oscar Gonzales Biscaíno pai, Oscar Gonzales filho e Cláudio Bergamini Mendes -

genro) uniram esforços para aquisição de vários bens móveis e imóveis, equipamentos e lotes de terreno, visando a constituição de sociedade empresária de usina de aço.

Dos registros dos terrenos no cartório de registro de imóveis (fls. 14/21), constam: do lote contínuo 06 da gleba 10-A, propriedade de FG Fundição Gonzales de Aço Inox Ltda, adquirida em 23 de outubro de 1996 (este registro não é objeto da lide), 07 e 08, da mesma gleba, propriedade de Oscar Gonzales Biscaíno e Luzia Ivone Signorelli Gonzales, adquiridos em 20 de janeiro de 1993.

Pelo contrato social constitutivo da empresa autora, am sócios cotistas Oscar Gonzalez Biscaíno e Oscar Gonzales (fls. 105/109 - 12 de maio de 1993). No entanto, ato seguinte, devidamente registrado na Jucesp, deu-se a primeira alteração social (fls. 110/112 - 15 de julho de 1993), na qual Oscar Gonzalez transferiu a integralidade das cotas a Luiz de Negri, passando a ser sócios somente Oscar Gonzalez Biscaíno e Luiz de Negri. Segunda alteração, retirou Oscar Gonzales Biscaíno da sociedade, incluindo o filho Oscar Gonzalez (fls. 113/116 - 23 de setembro de 1994), portanto, invertendo a situação anterior. Por fim, a terceira alteração, ocorrida em 01 de setembro de 1997, incluiu todos os demais sócios da família DE NEGRI e o genro dos GONZALEZ (fls. 117/125).

Reuniram-se então para acerto de contas, concordando com os valores finais, e realizando contraprestações “relativo ao empréstimo aquisição do terreno segundo lote” (fl. 93). **Especificamente, na ata de reunião do dia 17/11/97 há item expresso da necessidade de “regularização das Propriedades colocar os terrenos e construções e bens em nome das empresas. Temos que regularizar este assunto.”** (fl. 100) e continua, na reunião seguinte: “O FDN evidenciou que temos que regularizar todos os documentos das empresas - **01 terreno na FG e um terreno na UG, que no passado foi colocado em nome do pai do Oscar Gonzalez “Oscar Gonzalez Biscaíno” por uma questão de praticidade**” (fl. 101). **De ambas participou Oscar Gonzales, representante da família Gonzales.**

Houve ainda uma quarta alteração (fls. 126/130 - 18 de junho de 1999 - quando a gerência e administração passou a ser exclusiva da família DE NEGRI) e uma quinta alteração (fls. 131/135 - 21 de julho de 1999 - reintegrando Oscar Gonzales e Cláudio Bergamini Mendes como sócios minoritários). **Observa-se, porém, que desde a constituição inicial, a sede da empresa era a mesma, na Rua Bronze, 240, Parque Industrial de Poá.**

Em dezembro de 1999, foi elaborado levantamento técnico das instalações nas dependências dos lotes 06, 07 e 08 (fls. 27/92), sendo certo que no local existiam várias construções, com depósito, copa, carpintaria, escritórios e cabines de fundição e usinagem.

No entanto, houve nova alteração na composição societária, tendo a família DE NEGRI novamente excluído o filho e o genro dos réus, pois segundo, alteração de contrato social, de 08 de junho de 2000, permaneceu no quadro societário somente a família DE NEGRI (fls. 10/13).

Esta última se deu após notificação dos réus a comparecerem perante o cartório de notas para assinarem escritura definitiva de transferência dos bens imóveis (fls. 136 e 137), mas que foi ignorada.

Assim iniciaram-se os debates judiciais acerca da natureza da posse e propriedade sobre os terrenos.

Os ora réus moveram ação de despejo por denúncia vazia contra os autores, tendo como objeto contrato de locação fictício, que foi julgada improcedente. E a empresa autora ajuizou ação declaratória de inexistência de relação de locação contra eles, procedente (fls. 138/143). Gonzales interpelou judicialmente a empresa, buscando futura ação de reintegração de posse (fls. 155/172). Em contrapartida a empresa propôs ação de reparação de danos materiais e morais, considerando desvio de recursos por ter a família Gonzales construído, sem ciência e anuência dos De Negri, de outra fundição de aços inoxidáveis (fls. 178/185). Por fim, Oscar Gonzalez também ingressou com ação ordinária alegando comodato dos equipamentos de fundição, que após entendimentos entre as partes, a empresa entendeu por adquiri-los e integrá-los no ativo fixo (certidão de objeto e pé fl. 188).

Enfim, de todo o desenrolar dos fatos, constata-se que os imóveis foram adquiridos para integrar o patrimônio da empresa e para constituí-la. No entanto, por motivos alhures, ocorreram sucessivas modificações do quadro societário, que findaram por excluir completamente os primeiros sócios e em nome de um deles está registrado o imóvel -, que obviamente não têm mais interesse na integralização e formalização do patrimônio empresarial.

Com efeito, não se pode olvidar que os réus ostentavam a qualidade de sócios da empresa quando da sua constituição, e que subscreveram os bens imóveis - como se constata das atas de reuniões elaboradas posteriormente por todos os sócios em conjunto - não podendo prejudicar a sociedade que já se encontra estabilizada. Havendo subscrição dos imóveis, devem integralizar capital social da empresa.

Observo, neste ponto, que os terrenos em debate foram adquiridos por Gonzalez em janeiro de 1993 e o contrato social constitutivo da empresa é de maio de 1993, portanto, obviamente adquirido para a finalidade empresarial. Aliás, a integração da família DE NEGRI à sociedade ocorreu no mesmo ano de 1993, mas em julho, portanto a intenção de formar a usinagem de aço é anterior ou concomitante à aquisição do

imóvel, demonstrada pela vontade de seus integrantes. Além do mais, a pessoa jurídica existe antes mesmo do seu ato constitutivo:

[...]

Daí compreende-se que a inexistência de personificação da pessoa jurídica impediu o registro imobiliário em nome dela, diversamente do que se deu com o lote contínuo nº 06, adquirido quando a empresa já estava constituída, oportunidade em que logrou êxito que fosse registrado em seu nome.

E mais, pode-se dizer que a formação legal da pessoa jurídica visa proteger terceiros, mas a conjugação de esforços e a contribuição com bens e serviços ocorrem pelo mero acordo entre as partes (art. 981 do CC), sendo por conseguinte, válida a estipulação de formalização do registro em nome da empresa, convencionada em ata de assembleia, ou até antes disso, ainda que não estivesse legalmente constituída.

Quanto à possibilidade de retificação do registro, para que conste da matrícula do imóvel a propriedade em nome da empresa, observe-se que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais objetivamente resumiu pensamento jurisprudencial que afirma: “A realidade fática há de prevalecer sobre as declarações enunciativas do registro de imóveis, que deve espelhar a verdade real”. (Jurisprudência Mineira, vol. 165, pág. 264, Apelação Cível nº 318.430-6/00, 3ª Câmara Cível do TJMG, julgado a 15/3/2003, VU, Rel. Des. Caetano Levi Lopes).

Isso porque nos termos do artigo 1.245 do Código Civil, uma das formas de aquisição da propriedade é pelo registro do título, sendo certo que o registro deve exprimir a verdade, sob pena de retificação (v. art. 1.247 do CC). **É oportuno consignar que o erro é retificável, pois não é da escritura, que preencheu os requisitos legais de inscrição do imóvel, mas sim dos dados do registro, sendo possível a alteração das partes, nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei de Registros Públicos, Lei nº 6.015/73.**

Lembra Antônio Macedo de Campos que 'a palavra retificar significa tornar reto e, por extensão, corrigir. Assim, retificar um registro é corrigir um registro válido, mas que se ressentia de uma ou mais irregularidades.' (Comentários à Lei de Registros Públicos, 3º vol., 2ª ed. Jalovi, pág. 403/404, apud SERPA LOPES, Tratado dos Registros Públicos, 4ª Ed. Freitas Bastos, 2º vol., pág. 344).

E o novo sistema de registros imobiliários permite retificação por procedimento judicial, pelas vias ordinárias, desde que garantido o contraditório, como se deu nos presentes autos, ainda mais considerando o estado de incerteza sobre a titularidade do domínio de cuja pretensão declaratória visa-se definir. Portanto, viável o dispositivo sentencial.' (e-STJ fls. 457/463)

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre, contudo, que esses fundamentos, autônomos e suficientes à manutenção do v. acórdão recorrido, não foram impugnados nas razões do recurso especial, o que faz incidir, na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Mesmo que assim não o fosse, convém observar que, ao contrário do alegado pelos recorrentes, a hipótese não é de nulidade do registro imobiliário ou de transferência de propriedade sem título suficiente, mas de reconhecimento de que, no caso, os imóveis vindicados pertenceriam à sociedade autora, e não aos recorrentes, e deveriam ter sido transferidos para a integralização do patrimônio empresarial, o que não ocorreu em razão da recalcitrância dos recorrentes.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator